



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 42 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT

1.0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto 5.450/05, bem como as disposições do Decreto 7.892/2013 e suas alterações pelo Decreto nº 9.488/2018, além da Instrução Normativa nº 004/2008 do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência.

2.0 – DO OBJETO

Este termo de referência destina-se à aquisição de **Bens Permanentes**, consistente em **Cortadores de Grama** (tipo Roçadeira), conforme detalhamento e quantidade abaixo:

Item	Descrição	Quantidade
01	CORTADOR DE GRAMA , costal, com motor de 35,2cm³, comprimento total de 1,85m, Conteúdo de depósito de 0,58litros, Peso de 7,7 Kg, Potência 1,7 KW e 2,3 CV, equipamento de série, Cabo para duas mãos, Marca/modelo Stihl/ FS 220.	5

2.1 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

A aquisição poderá ocorrer por meio de adesão à Ata de Registro de Preços do Ministério do Exército/50º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BC/1919 – Pregão Eletrônico n. 12/2018, Ata de Registro de Preços n. 12/2018, conforme previsto no Art. 22 do Decreto 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 9.488/2018.

2.2 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

O prazo de entrega será o estabelecido no **item 3** da CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO do **Anexo VI** - Ata de Registro de Preços nº 12 do Edital do Pregão Eletrônico N. 12/2018 do 50º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BC/1919), sendo de **15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho**.

Os equipamentos deverão ser entregues em horário comercial na Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 1889 -Bairro Baixa da União, nesta cidade de Porto Velho – RO. CEP: 78.808-901



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 – DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Faz-se necessária a aquisição dos aparadores de grama/roçadeira, principalmente devido ao desgaste natural pelo uso das unidades existentes no prédio sede e por demanda por parte das zonas eleitorais de Ariquemes, Alta Floresta e Cerejeiras.

3.2 – DA JUSTIFICATIVA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Permite-se a utilização de Ata de Registro de Preços por outro órgão da Administração Pública não participante do certame, conforme preceitua o art. 22 do decreto 7.892/2013, alterado pelo Decreto nº 9.488/2018.

De modo que, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Por fim, registramos a inexistência de adjudicatário ou contratado neste Tribunal para fornecer os mesmos objetos e que também não há, e não houve anteriormente, processamento de atas de registro de preços em conjunto com os órgãos federais locais.

3.3 – DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

Garantir a legitimidade do processo eleitoral;

Adotar-se-á como valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

4.0 – DOS VALORES DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

O valor estimado para a presente aquisição é de R\$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente ao somatório dos bens constantes do **item 2.0 – DO OBJETO**, a saber:

Órgão Gestor: Ministério da Defesa – 50º Batalhão de Infantaria de Selva-UASG – 160103

Órgão Aderente: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia-TRE/RO

Fornecedor: Dimorvan Davi Menegusso - EPP – CNPJ nº 07.065.479/0001-93

ARP nº 12/2018 do Pregão Eletrônico SRP nº 12/2018

Material – Cortador de Grama(tipo roçadeira)

ITEM DA ARP	MATERIAL	QUANT. DO PREGÃO	QUANT. A ADERIR	PREÇO
-------------	----------	------------------	-----------------	-------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

109	Cortador de Grama	21	5	1.950,00
TOTAL				

As despesas para aquisições imediatas pelo TRE-RO, **Órgão aderente**, correrão com recursos do Orçamento Anual 2019 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

ORÇAMENTO/CATEGORIA: Ordinário/MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: Reaparelhamento

DESPESA AGREGADA: Outros Materiais Permanentes

PLANO INTERNO: AREA PERMAM

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos.

VALOR-R\$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais)

5.0 – DA PESQUISA DE MERCADO

A unidade requisitante efetuou pesquisa de mercado no sistema de Banco de Preços ([0418549](#)) o qual consolida numa única ferramenta todos os preços praticados em todo o país, referente ao objeto que se pretende adquirir, apresentando os registros de preços vigentes.

Item	Objeto	Qtd	Preço na Adm.Pública/Banco de Preços-R\$			Preço Médio-R\$
			Preço 1	Preço 2	Preço 3	Unitário
01	Cortador de Grama	5	2.329,50	2.933,00	2.370,00	2.544,17
Valor registrado na ARP N° 12 do Pregão 12/2018 do 50° Batalhão de Infantaria e Selva.						1.950,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO por meio de adesão à ARP N° 12 do 50° Batalhão de Infantaria de Selva.						9.750,00

Verifica-se uma economia em relação aos valores praticados no âmbito da administração pública, além de outras vantagens como as abaixo elencadas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Agilidade na contratação, evitando os longos prazos de eventual certame, apresentação de amostras, publicações, etc;

Economia de custos de uma nova licitação;

Redução dos riscos de contratação, visto que o Órgão gerenciador deve ter levado em consideração a reputação do fornecedor no cumprimento de suas obrigações, além da qualidade do material pretendido, no presente caso uma empresa conceituada no mercado nacional conforme conseguimos verificar em pesquisas de certames licitatórios anteriores.

6.0 – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em atenção ao disposto no art. 20 da Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal, apresentamos os seguintes elementos para instruir a aquisição:

6.1. Inexiste adjudicatário ou contratado para fornecimento dos mesmos objetos neste órgão;

6.2. Inexiste participação em SRP do órgão gestor da ARP (inciso II): Por tratar-se de demanda trazida recentemente à Seção de Patrimônio.

6.3. Vantagem da adesão (inciso III): Demonstrada no item 5.0 deste Termo de Referência a economia após cálculo médio dos preços praticados na administração pública, além de outros fatores de ordem não econômica que merecem ser considerados, entre os quais a de ser a máquina pretendida a de melhor qualidade e durabilidade dentre aquelas existentes no mercado.

6.4. Documentos necessários (inciso IV): Foram juntados os seguintes documentos:

a) Pesquisa de Preços: Como demonstrado no item 5.0 deste Termo de Referência, os preços utilizados na pesquisa são os praticados na administração pública;

b) Consulta ao Órgão Gerenciador: O Órgão envolvido foi favorável à adesão;

c) Manifestação do Fornecedor: O fornecedor manifestou interesse no fornecimento, quantitativo e qualitativamente conforme o respectivo edital;

d) Atos que regem a contratação:

- Cópia do Edital

- Comprovação de publicação do Edital no DOU;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Cópia da ARP assinada e com vigência de 12(doze) meses contados a partir da data da assinatura do citado documento;

Embora a cópia da ARP ([0418501](#)) encontre-se assinada somente pelo representante do órgão gerenciador e sem data, essas ausências podem ser supridas facilmente, *salvo melhor juízo*, quando se verifica o documento da autorização do gerenciador da ARP por meio do site comprasnet.gov.br/siasgnet([0418539](#)).

- Comprovação de publicação do Extrato de Registro de Preços DOU, com vigência de 12 meses.

Considerando que o órgão gerenciador não publicou o extrato da ARP no DOU, incluímos o **Termo de Adjudicação** publicada no site Comprasnet.gov.br onde constam às **folhas 37/38** que o **item 109 – Cortador de Grama** foi adjudicado para a empresa **Dimorvan Davi Menegusso** na data de 21/12/2018([0418511](#)).

Ademais, consta do **Item 10.1** do edital do Pregão 12/2018 do 50º Batalhão de Infantaria de Selva:

“10.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços de cada item, com o fornecedor primeiro classificado....”

7.0 – DA CONTRATAÇÃO

O Contrato, no caso do presente Termo de Referência, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4o, da Lei 8.666/93 e o pagamento do objeto será efetuado conforme o **item 11.1.4 do Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Eletrônico N. 12/2018 do 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

8.0 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Conforme **Item 9 do Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Eletrônico N. 12/2018 do 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme **Item 8 do Anexo I – Termo de Referência** do Edital do Pregão Eletrônico N. 12/2018 do 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

9.0 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Conforme **item 12 do Edital** do Pregão Eletrônico N. 12/2018 50º Batalhão de Infantaria de Selva e **item 6 do Anexo I – Termo de Referência**.

10.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serão reguladas pelo **item 10 do Anexo I – Termo de Referência** e

Pelo **Item 16 do Edital** do Pregão Eletrônico N. 12/2018 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

11.0 - DO PAGAMENTO

Conforme **item 15** do Edital Pregão Eletrônico N. 12/2018 e **item 11.5 do Anexo I – Termo de Referência** do 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

12.0 - DA GARANTIA

Conforme **item 6.1 do Anexo I - Termo de Referência** do Edital do Pregão Eletrônico N. 12/2018 do 50º Batalhão de Infantaria de Selva.

13.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão e Fiscalização do ajuste serão realizadas pelo titular da Seção de Patrimônio, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registro no relatório de Serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14.0 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

- 1 – Edital do Pregão Eletrônico 12/2018([0418497](#));
- 2 – Relação de Itens do Edital ([0418499](#));
- 3 – Ata de Registro de Preços N. 12/2018 ([0418501](#));
- 4 – Aviso de Licitação no DOU ([0418506](#));
- 5 - Termo de Adjudicação ([0418511](#));
- 6 - Solicitação ao Fornecedor ([0418513](#));
- 7 – Autorização do Fornecedor ([0418523](#));
- 8- Solicitação/Autorização do Órgão Gerenciador ([0418544](#));
- 9 – Datas_ assinatura e vigência da ARP([0418539](#));
- 10 – Cotação de Preço ([0418549](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11 - Certidões ([0418551](#));

Em 28 de maio de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **HERMENSON PEREIRA DA SILVA**, **Chefe de Seção em Substituição**, em 29/05/2019, às 09:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000943-91.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEPAT - SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2018 – Aquisição de bens permanentes, consistentes em Cortadores de Grama (tipo roçadeira)

PARECER JURÍDICO Nº 0422437 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio - SEPAT, com a finalidade de aquisição de bens permanentes, consistente em Cortadores de Grama (tipo roçadeira), via à adesão a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N. 12/2018 (evento [0418501](#))**, resultante do PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2018 (evento [0418497](#)), do Ministério do Exército, gerenciada pela 50ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (24º BC/1919).

02. Registre-se que o item 109 da referida ata, correspondente ao objeto pretendido, pertence a **DIMORVAN DAVI MENEGUSSO CNPJ: 07.065.479/0001-93**.

03. No **Termo de Referência n. 42/2019 ([0418597](#))**, entre outras informações, consta que demanda foi dimensionada no valor de **R\$ 9.750,00**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Para instrução do feito, ainda, juntou-se:

a) cópia do **Edital do Pregão Eletrônico n. 12/2018** e anexos ([0418497](#)).

b) Anexo Relação de Itens do Edital ([0418499](#));

c) cópia da **Ata de Registro de Preços n. 12/2018** ([0418501](#)) e o comprovante de sua publicação ([0418506](#));

d) cópia do Termo de Adjudicação ([0418511](#));

e) Anexo Solicitação ao Fornecedor (0418513), Anexo Autorização do Fornecedor (0418523) e Anexo Datas – assinatura – vigência da ARP ([0418539](#));

f) Anexo Solicitação – Autorização do Órgão Gerenciador ([0418544](#));

g) Anexo Cotação de preços ([0418549](#));

h) Anexo Certidões ([0418551](#));

i) Anexo Comprovação Publicação Edital ([0419351](#)).

05. Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária (0418940), no valor de **R\$ 9.750,00**, para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I, do mesmo dispositivo, ambos da LC n. 101/2000 (LRF), informa “*que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro*”

06. Mediante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico n. 55/2019 ([0419354](#)), a coordenadora da COMAP concluiu que o referido documento se encontra em **consonância** com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Por estar a ata de registro de preço desprovida de assinatura do representante do órgão gerenciador e sem comprovação de publicação essas ausências podem ser supridas pelo documento de autorização do gerenciador da ARP (0418539), ainda, tendo em vista a regular instrução do processo, manifestou pela **adesão e adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada**, caso o TR seja aprovado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Assim instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12. A contratação ora pretendida pela Administração tem sua origem em registro de preços gerenciado pelo 50º BATALHÃO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INFANTARIA DE SELVA, dessa forma, este Tribunal atua na condição de “carona”, situação jurídica definida pelo **artigo 22 e parágrafos do Decreto n. 7.892/2013**, recentemente alterado pelo **Decreto n. 9.488/2018**.

13. Verifica-se que a adesão é regular porquanto a pretensão da Administração está no limite do quantitativo dos itens registrados na ARP n. 12/2018, nos termos do que estabelece o § 3º do artigo 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013, vejamos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

(...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. (Negritou-se)

14. Neste particular, convém registrar que a regra prevista no § 3º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013 foi alterada pelo Decreto n. 9.488/2018, com vigência para este dispositivo a partir de 1º/10/2018, nos seguintes termos, *verbis*:

Art. 22. [...]

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14. Esse Decreto n. 9.488/2018, publicado em agosto de 2018, também, trouxe outras alterações, inclusive estabelecendo novos limites para adesões às Atas de Registro de Preços (ARP) para toda a Administração Pública Federal, impondo novos quantitativos tanto para o total da ARP quanto individualmente por órgão ou entidade não participante. Isso obrigou a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), a baixar orientação em relação a essas alterações, podendo ser consultada no seguinte endereço eletrônico disponibilizado pela AGU – Advocacia Geral da União:

<http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/694211>, e também no site do Portal de Compras do Governo Federal: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>>, nos seguintes termos:

[...]

Dessa forma, seguem as orientações em relação a aplicabilidade do Decreto nº 7.892/13:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Quanto à regra do §1º-A, art. 4º: por se tratar de regra processual, a nova redação aplica-se a todas as publicações da Intenção de Registro de Preços (IRP).

b) Quanto aos estudos mencionados nos §§ 1º-A e 1º-B, art. 22: por se tratar de regra de eficácia limitada, somente serão exigidos após a edição de ato normativo do Secretário de Gestão. Futuras adesões e aquelas que estão em andamento não são atingidas pela regra.

Importante: esclarece-se que o dispositivo não trata de aprovação de estudo pelo gerenciador, mas sim de critérios/regras que deverão ser obedecidas pelos caronas como condição para que possam solicitar adesão às ARPs. Não é instrumento de validação, mas de padronização.

c) Quanto às regras dos §§ 3º e 4º, art. 22: serão aplicáveis somente aos editais publicados após a entrada em vigor do Decreto, permanecendo inalteradas as adesões posteriores às atas decorrentes de editais publicados ainda sob a égide da disposição original do Decreto nº 7.892/13.

d) Quanto às regras dos §§ 10 e 11, art. 22: atingem somente os novos processos, salvo edição de ato normativo do Secretário de Gestão em contrário.
(Grifou-se).

15. Com efeito, nos termos da letra “c” da orientação acima transcrita, os novos limites são aplicáveis à adesão pretendida, tendo em vista a ARP n. 90/2018 é decorrente Pregão Eletrônico n. 12/2018, cujo edital foi publicado no DOU de 09/10/2018 (conforme evento [0419351](#)), ou seja, sob a égide do Decreto nº 9.488/18 em sua redação original, devendo ser considerado os limites estabelecidos no referido decreto.

16. Após análise dos autos, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos pelo § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, pois há manifestação expressa do interesse do compromissário da ARP n. 12/2018 em realizar a contratação, nos termos da alínea “c”, inciso IV, § 1º, do Art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008.

17. Com relação à validade dessa ARP do Pregão Eletrônico n. 12/2018 – 50BEC ([0418497](#)), o entendimento da CGU - Controladoria Geral da União em cartilha onde trata de Sistema de Registro de Preços-Edição Revisada do ano de 2014, especificamente na Pergunta n. 33, anota que o prazo de validade da ARP se dá conforme estiver estabelecido no próprio documento, veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

33. O prazo da validade da ARP inicia a contagem na data da assinatura ou de sua publicação no D.O.U.?

O prazo de início da validade é definido na própria ata de registro de preços, sendo que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas as eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993. Dessa forma, **o prazo de validade da ARP inicia na data de sua assinatura se assim estiver estabelecido na própria ata.** (Grifou-se).

18. No caso em apreço, o prazo de validade da mencionada ARP foi definido na **cláusula segunda da própria ata**, sendo de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 21/12/2018 a 21/12/2019, todavia a informação quanto a data de assinatura foi obtida pelo SIASG net, juntada aos autos pelo evento [0418539](#).

19. Por sua vez, o Termo de Referência n. 42/2019 ([0418597](#)) - integrado pelas regras do edital de licitação do órgão gerenciador, além das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços n. 12/2018, reúnem os elementos necessários à caracterização do objeto (art. 14 da Lei n. 8.666/93) além dos elementos essenciais definidos no **art. 9º, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05, podendo ser apresentado a autoridade superior para aprovação.**

20. Cabe salientar que, na eventualidade de **aplicação de sanções** à futura contratada, deverão ser observadas as penalidades descritas no item 12 do Edital de Pregão Eletrônico n. 12/2018 ([0418497](#)), conforme o disposto no item 10 do Termo de referência fls. 37 do evento [0418497](#).

V – DA CONCLUSÃO

21. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui que:

a) a Administração **poderá autorizar a adesão deste órgão à ARP n. 12/2018 ([0418501](#)), gerenciada pelo 50º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 e art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Ressalta-se que este Regional deverá efetivar a aquisição em até 90 (noventa) dias, contados da autorização do órgão gerenciador da ARP (§ 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013).

23. Além disso, verifica-se, no subitem 10.5 do Edital de Pregão n. 12/2018 ([0418497](#)), a dispensa de celebração de instrumento específico de contrato, conforme art. 62 da Lei 8.666/93, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho que junto ao edital e seus anexos terão força de contrato. Assim, esta AJDG entende dispensada a formalização de contrato, podendo a relação contratual ser estabelecida nos termos delineado, pois são instrumentos idôneo e suficiente para regular a eventual relação contratual entre este Tribunal e a empresa.

24. Orienta-se, também, que os requisitos mínimos para contratar com o setor público, como regularidade fiscal e trabalhista, sejam novamente aferidos e comprovados no ato da efetivação da contratação.

25. Por fim, registra-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, motivo pelo qual deverá a Administração observar rigorosamente a aquisição dos bens nos parâmetros qualitativos e quantitativos, sem descuidar dos valores consignados na Ata de Registro de Preços a que este Tribunal está aderindo.

À consideração da autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 07/06/2019, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000943-91.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de preços nº 12/2018 - aquisição de Cortadores de Grama.

DESPACHO Nº 2483 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio - SEPAT, com a finalidade de aquisição de bens permanentes, consistente em Cortadores de Grama (tipo roçadeira), via adesão a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N. 12/2018**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento [0418501](#)), resultante do PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2018 (evento [0418497](#)), do Ministério do Exército, gerenciada pela 50ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (24º BC/1919).

O item 109 da referida ata, correspondente ao objeto pretendido, pertence a **DIMORVAN DAVI MENEGUSSO, CNPJ: 07.065.479/0001-93**, cuja contratação foi dimensionada em **R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais)** pela unidade solicitante, conforme descrito no item 4.0 do Termo de Referência n. 42/2019 ([0418597](#)).

O feito foi instruído com cópia do Edital do Pregão Eletrônico n. 12/2018 e anexos ([0418497](#)), relação de itens do Edital ([0418499](#)); cópia da Ata de Registro de Preços n. 12/2018 ([0418501](#)), comprovante de sua publicação ([0418506](#)) e cópia do Termo de Adjudicação ([0418511](#)).

Consta também nos autos cotação de preços realizada no banco de preços ([0418549](#)) condensada no capítulo 5 do TR, demonstrando que os valores constantes da Ata estão condizentes com os praticados no mercado; consulta ao órgão gerenciador solicitando autorização para adesão ([0418544](#)), bem como à compromissária (eventos [0418513](#) e [0418523](#)).

Constam ainda Certidões negativas de Tributos Federais e DAU, Certidão Negativa do FGTS, Certidão Negativa Trabalhista e Certidão Negativa CNJ ([0418551](#)).

A COMAP, unidade responsável pela avaliação dos Termos de Referências, consoante o item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, concluiu que o Termo de Referência encontra-se em **consonância** com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Por fim, manifestou pela autorização da **adesão à ARP 12/2018 e adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada**.

A COFC realizou a programação orçamentária no valor total de R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais) para custear a despesa, conforme evento [0418940](#).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela: **a)** aprovação do Termo de Referência nº n. 42/2019 ([0418597](#)); **b)** autorização de adesão deste órgão à Ata nº 12/2018 ([0418501](#)); **c)** substituição do contrato pela nota de empenho; **d)** efetivação da aquisição em até 90 (noventa) dias da data da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autorização do órgão gerenciador, nos termos do artigo 22, §6º do Decreto 7.892/13; e e) comprovação da regularidade fiscal atual da empresa ([0422437](#)).

No mesmo sentido manifestou-se a SAOFC ([0422757](#)).

Inicialmente, verifica-se que o Termo de Referência 42 ([0418597](#)) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, às disposições do art. 22, do Decreto n. 7.892/2013 e ao art. 20, da IN TRE/RO n. 004/2008.

Importa mencionar ainda que, conforme item 5 do TR, a contratação por meio de adesão à Ata de Registro de Preço - ARP demonstrou-se consideravelmente mais vantajosa para a Administração, resultando em uma contratação mais célere, econômica e com redução de riscos na contratação. Consta, ainda, no item 6.1 do Termo de Referência informação acerca da **inexistência de adjudicatário ou contratado neste órgão** para o fornecimento do objeto dos presentes autos.

A ARP do Pregão Eletrônico n. 12/2018 encontra-se dentro do período de validade conforme se observa da informação extraída da **cláusula segunda da própria ata** (período de 21/12/2018 a 21/12/2019).

Verifica-se, também, que a pretensa adesão se mostra regular tendo em vista não superar o limite do quantitativo dos itens registrados na ARP n. 12/2018, considerando-se a nova redação dada ao § 3º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, pelo Decreto n. 9.488/2018, limitou em **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, uma vez que, nos termos da tabela constante da Cláusula Primeira da referida ata, quanto ao item 109, o quantitativo de Cortadores de Grama, é de 21 unidades e a aquisição pretendida é de 5 unidades.

De toda instrução dos presentes autos, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos pelo § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, pois há manifestação expressa do interesse do compromissário da ARP n. 12/2018 em realizar a contratação, nos termos da alínea “c” inciso IV § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No caso sob análise, tratando-se de bens para entrega imediata, o contrato poderá ser substituído pela nota de empenho, na forma do artigo 62, “caput” c/c art. 15 do Decreto n. 7.892/2013, com previsão no item 10.5 do Edital do Pregão Eletrônico n. 12/2018 ([0418497](#)).

Ante o exposto e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP 66/2018, esta Diretora-Geral:

1 – APROVA o Termo de Referência n.º 42/2019 ([0418597](#)), porquanto possui os elementos mínimos exigidos pelo § 2º, do artigo 9º, do Decreto 5.450/05 e art. 14, da Lei 8.666/93;

2 - AUTORIZA a despesa, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços n. 12/2018 ([0418501](#)) – gerenciada pelo **50º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BC/1919)**, cuja signatária é a empresa **Dimorvan Davi Menegusso - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.065.479/0001-93, com arrimo no inc. II do art. 15 da Lei 8666/93 e art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013, **com vistas à aquisição de 05 (cinco) cortadores de grama**, conforme especificado no item 2.0, do Termo de Referência, observando-se, de forma rigorosa, os parâmetros qualitativos e quantitativos na contratação pleiteada, bem como os valores consignados na referida Ata de Registro Preços e o prazo para aquisição do objeto, o qual deverá ser de 90 (noventa) dias contados da autorização do órgão gerenciador da ARP (**§ 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013**);

3 - DISPENSA a formalização de contrato, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho (subitem 10.5 do Edital do referido Pregão eletrônico), com fulcro no [art. 62 da Lei 8.666/93](#); e

4 - AUTORIZA a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa **Dimorvan Davi Menegusso - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.065.479/0001-93, no valor total de **R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais)**, condicionada à comprovação de regularidade fiscal atual da empresa.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando à contratação na forma proposta.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/06/2019, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE ADESÃO ARP DE OUTRO ÓRGÃO GERENCIADOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Espécie: Extrato de Adesão à Ata de Registro de Preços/ARP 12/2018, assinada em 21/12/2018, resultante do Pregão Eletrônico 12/2018-SRP, gerenciada pelo 50º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (24º BC/1919) BATALHÃO CAPITÃO-MOR MONIZ BARRETO, com vigência de 12 meses, a contar de 21/12/2018 a 21/12/2019. Contratação via Nota de Empenho 2019NE000350, de 12/06/2019. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza da Despesa: 44.90.52-34. Empresa: DIMORVAN DAVI MENEGUSSO - EPP, CNPJ 07.065.479/0001-93, representada por DIMORVAN DAVI MENEGUSSO. Objeto: Cortador de grama, costal, com motor de 35,2cm³, comprimento total de 1,85m, conteúdo de depósito de 0,58 litros, peso de 7,7 kg, potência 1,7 KW e 2,3 CV, equipamento de série, cabo para duas mãos, marca/modelo STIHL/ FS 220. Qtd. 05; Subtotal R\$ 1.950,00; Valor Total da Adesão: R\$ 9.750,00. Fundamento Legal: art. 15, II, da Lei 8.666/93, art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013. Ato de Autorização: Despacho 2483/2019 - PRES/DG/GABDG, de 12/06/2019, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI 0000943-91.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 17/06/2019, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 12Jun19 NÚMERO: 2019NE000350 ESPÉCIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDEREÇO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICÍPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREADOR : 07065479/0001-93 - DIMORVAN DAVI MENEGUSSO
ENDEREÇO : ORVALINA OLIVEIRA DE ME 1237 CENTRO
MUNICÍPIO : 7733 - PALMAS UF: PR CEP: 85555-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVAÇÃO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, CONFORME TERMO DE REF. 42(0418597), PARECER DA AJDG(0422437), DESPACHOS 2483 DG(0422955) E 2537 SAOFC(0423889) PROCESSO SEI Nº 0000943-91.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 449052 000000 ÁREA PERMANENTE
TIPO : ORDINÁRIO MODAL. LICIT.: PREGÃO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00009439120196228000
UF/MUNICÍPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERÊNCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 9.750,00

NOVE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS*****

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 449052 SUBITEM: 34 -MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAM

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 5 VALOR UNITÁRIO: 1.950,00
VALOR DO SEQ.: 9.750,00

CORTADOR DE GRAMA, COSTAL, COM MOTOR DE 35,2CM³, COMPRIMENTO TOTAL DE 1,85M, CONTEÚDO DE DEPÓSITO DE 0,58LITROS, PESO DE 7,7 KG, POTÊNCIA 1,7 KW E 2,3 CV, EQUIPAMENTO DE SÉRIE, CABO PARA DUAS MÃOS, MARCA/MODELO STIHL/ FS 220. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2018 - 24ºBC/1919).

T O T A L : 9.750,00

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
DN: cn=B, ou=CP-Brazil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, ou=Cert-JUS Instrucional - A3, ou=Tribunal Regional Eleitoral Rondônia-TRE-RO, ou=Servidor, cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
Dado: 2019.06.13 17:41:15 -04'00'

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, ou=Coordenador de Material e Patrimônio, ou=Tribunal Regional Eleitoral Rondônia-TRE-RO, ou=Servidor, cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
Dado: 2019.06.13 17:41:15 -04'00'

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO